

Aneel estuda como alterar a estrutura de subsídios da CCC

Decisão afetaria os sistemas isolados atendidos por térmicas movidas a combustíveis.

Ricardo Rego Monteiro e Marcelo Kischinhevsky

Do Rio

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu comprar uma briga feia contra as oligarquias políticas dos estados da região Norte do País. Decidido a desarmar a estrutura de subsídio reunida na Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) - que financia a geração de termelétricas a óleo combustível nos chamados sistemas isolados -, o órgão regulador do setor elétrico deverá concluir um estudo nos próximos meses destinado a apontar meios de reduzir gradualmente essa estrutura, que consome cerca de R\$ 3,6 bilhões de recursos dos contribuintes de todo o país.

Os sistemas isolados abrangem uma área de 45% do território nacional. Com aproximadamente 1,2 milhão de consumidores, engloba um contingente equivalente a 3% da população nacional, que paga tarifas incompatíveis com os custos de geração.

O diretor geral da Aneel, Jerson Kelman, justifica a medida como uma forma não só de restabelecer a justiça fiscal no País, como também de viabilizar a destinação desses recursos para a instalação de uma infra-estrutura energética menos poluente e mais eficiente nos estados da região, sem onerar os consumidores do restante do País. Kelman reconhece, no entanto, os obstáculos à iniciativa que, envolvem interesses legítimos e ilegítimos.

No primeiro grupo, além dos governadores dos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, que se beneficiam da arrecadação gerada pelo comércio de óleo diesel e combustível para as usinas, ele também inclui as populações da região, que se verão automaticamente oneradas com tarifas mais realistas de energia. Entre os interesses escusos, Kelman cita uma máfia de atravessadores do combustível que, reza a lenda, se beneficiariam do desvio do óleo.

"A conta é a seguinte: R\$ 3,6 bilhões são gastos por ano com subsídio ao sistema isolado como um todo. Metade disso (R\$ 1,8 bilhão) se destina só à geração em Manaus. Outros R\$ 700 milhões a R\$ 800 milhões são direcionados a Rondônia e Acre", afirma Kelman.

Embora admita que a agência ainda não dispõe de um diagnóstico completo da situação da CCC, o diretor da Aneel sugere que o desmonte dessa estrutura poderá se iniciar pelos consumidores industriais da Zona Franca de Manaus, que, como ele mesmo reconhece, provavelmente também se verão contrariados. Nada, porém, que inviabilize a produção na região, diz Kelman, ao lembrar que a energia responde por uma fatia minoritária dos custos da Zona Franca.

MONTEIRO, R. R. & KISCHINHEVSKY, M. **ANEEL estuda como alterar a estrutura de subsídios da CCC**. Gazeta Mercantil, Energia & Saneamento, Geração, A10, 14 e 15/11/2005.